

Encaminhamentos:

Como principal encaminhamento tem-se a avaliação dos pleitos dos municípios em atendimento à Cláusulas 169 e 170 do TTAC, gerando a NT 19 - Proposta de hierarquização das solicitações de municípios no âmbito do "Programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos", a partir das manifestações recebidas em atendimento à Deliberação CIF nº 117, de 23 de outubro de 2017.

ATA DA 21ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DAS ÁGUAS – CT SHQA

No dia 09 do mês de maio de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos, no Auditório da AGERH - Agência Estadual de Recursos Hídricos, no Estado do Espírito Santo, teve início a 21ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade das Águas – CT SHQA sobre as ações em atendimentos às cláusulas 169, 170, 171, 177, 178, 179 e 180 do acompanhamento do TTAC relativo ao rompimento da barragem de Fundão na Bacia do Rio Doce. Verificado o quórum regulamentar (lista de presença anexa), a Coordenadora da CT SHQA cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos da reunião ordinária, informando sobre a nova coordenação da CT SHQA pelo IGAM, 1ª Suplência pelo IEMA e 2ª Suplência CBH DOCE. Agradeceu pela confiança aos Secretários dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, aos membros do CIF, ao Marcelo Belisário, Zuleika Torquetti, ao CBH DOCE e à Diretora do IGAM. Agradecimentos também à Gerente da GEMOQ/IGAM e aos colegas do IGAM pelo apoio neste trabalho de Coordenação da CT SHQA. Houve informes gerais com Camila (MSAÚDE) informou que estão finalizando análises de qualidade de água devido à resistência ao consumo da água por alguns municípios que tem como fonte de captação o Rio Doce (Cláusula 171). Solicita pauta na próxima reunião da CT SHQA para apresentar os resultados. Solicitaram à Copasa dados sobre qualidade de água. Recebeu da CT Saúde o plano de monitoramento para a água tratada. Regina informa que já estão desenvolvendo estratégia junto à SEMAD, Casa Civil, SECIR, Arsae, SES, IGAM, Copasa e Renova para apresentar ao CIF uma estratégia de conduta junto aos municípios que se recusam a captação de água para abastecimento público no Rio Doce. O primeiro item da pauta tratou acerca dos esclarecimentos sobre a Deliberação do CIF em sua 24ª reunião para os estudos estruturantes de saneamento na bacia do rio Doce. (Margareth - SEAMA). Foi informado que a NT 18 foi tratada na parte interna da reunião do CIF, não tendo objeções quanto ao conteúdo apresentado. Contudo o número da referida Nota não foi registrado na ata da reunião, sendo apontada a necessidade de formalizar a aprovação e em seguida promover os ajustes na deliberação 43, para que possa acolher a NT 18. Também foi apresentado que, se aprovando a NT 18, o pleito do CONDOESTE para implantação da Et estaria contemplado, ficando a necessidade de aportar recursos de compensação. Foi proposto à Fundação Renova a elaboração de um projeto estruturante na área de resíduos que deixe um legado em toda a bacia e que sejam utilizados recursos compensatórios, sendo apontado para a elaboração de um Estudo de Concepção para a Bacia do rio Doce, definindo um prazo de 90 dias para a sua entrega. Na ata consta saneamento e resíduos. É necessário esclarecimento do CIF para que a Fundação Renova saiba qual o escopo para ser estudado: resíduos e esgoto ou só resíduos. A Renova relata que faltam os relatórios elaborados para a formação desses consórcios e solicita a entrega destes pelos órgãos envolvidos na construção dessa alternativa, e informa que oficiará ao CIF as indefinições e solicitará que os prazos passem a contar após esta definição. No segundo tema foi abordada a solicitação do CONDOESTE para aporte de recursos de compensação para o item Central de Tratamento de Resíduos: esclarecimento sobre a demanda do CIF (Margareth - SEAMA/ES e Lígia - SEDURB/ES) e

definição de encaminhamento. Margareth apresenta que a Deliberação do CIF foi pela análise do pleito do CONDOESTE por três CTs: a de Infra, SHQA e EI. Considera que o pleito pode ser apreciado, porém somente poderá ser apoiado após o ajuste da deliberação 43 quando passará a ser possível alocar recursos pra ET, entende também que é necessária a definição de alocação de recursos de compensação. Registra que para o CONDOESTE tem orçamento e projetos concluídos e, caso se confirme a intenção de Aimorés compor o CONDOESTE, é necessário fazer os ajustes. Clarice Strauss da Renova relatou que a Fundação não recebeu os relatórios elaborados pelos consórcios e solicita que os mesmos sejam enviados. Ressalta a necessidade do trabalho conjunto com os órgãos SECIR e FEAM em relação ao município de Aimorés. Lucinha informou que a regionalização dos consórcios já estava sendo discutida dentro do CBH Doce junto ao Condoeste. Então foi proposta uma reunião de alinhamento com a SEDURB, FEAM, SECIR e CBH Doce para confirmar os encaminhamentos. Registrado o entendimento da representante da SEAMA que nos casos envolvendo recursos no âmbito do TTAC o local para instrução técnica e encaminhamento ao CIF são as CTs, conforme normatiza a deliberação nº7 do CIF. Em seguida foi discutido o encaminhamento do CIF sobre a Nota Técnica nº 18 da CT-SHQA e Nota Técnica Conjunta SECIR e FEAM/GERURB nº 01/2017, sobre o Programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos, visando contemplar ações de implantação, ampliação e melhorias de: Programas de Coleta Seletiva; Unidades de Triagem de Recicláveis; Unidades de Tratamento de Orgânicos; e Estações de Transbordo. Na próxima reunião do CIF, deverá ser reapresentada a NT nº 18 e esclarecido sobre a necessidade de formalizar em ata a sua aprovação. Após a aprovação deverá ser proposto ajustes na Deliberação do CIF nº 43, para que possam ser priorizados os novos pleitos. Foi salientado que o prefeito de Rio Doce, Silvério, havia feito a proposta de um Projeto Estruturante para uso de recursos compensatórios, e para tal a Renova deveria atualizar os Arranjos Territoriais ótimos – ATO's na porção mineira do Doce, porém na ATA do CIF vem como uma proposta de “saneamento” e resíduo o que não deixa claro se os estudos e proposições da Renova devem contemplar também esgotamento sanitário além da regionalização para disposição adequada de resíduos sólidos. Deliberado que a coordenação da CTSHQA deverá pautar o CIF sobre os esclarecimentos necessários para continuidade dos trabalhos da CT e da Renova. Dando sequência no quinto item da pauta houve apresentações atualizadas dos Cronogramas das Ações para o Abastecimento Público, Captações Alternativas e das Ações de Saneamento, (Fundação Renova). Regina Pimenta solicitou uma reunião da Fundação Renova com a Copasa, SAAEs e o GT Abastecimento para um levantamento das estruturas que faltam nas ETAs ao longo do Rio Doce. A Fundação Renova alegou que não são estruturas físicas que faltam, mas sim que estão encontrando dificuldades com a aceitação da população para o consumo da água tratada em alguns municípios e relatou que há Prefeito que não paga a conta de luz e por isto é interrompido o funcionamento da ETA. Regina reafirmou a necessidade de uma reunião entre essas partes para agilizar as ações do programa de abastecimento público. Foi ressaltada também a necessidade de uma visita a campo pela Copasa, Renova e a coordenação do GT Abastecimento nas comunidades rurais isoladas para criar uma estratégia de abastecimento através do levantamento das reais dificuldades. A Renova apresentou um cronograma para as ações de abastecimento de água público com a previsão de término até 2021, conforme o determinado na Cláusula 171 do TTAC. Mateus (Renova) apresentou o cronograma atualizado do programa PG32: foram entregues, em março/2018, os estudos de concepção e projetos básicos para apresentação ao CIF. Já foram enviados ao CIF e à CT SHQA e incluem as reformas e construção de ETAs novas, melhorias nos sistemas de abastecimento de água e as captações alternativas. Hoje estão na conclusão de alguns projetos detalhados. Gov. Valadares está com início da construção das adutoras em maio/2018. Paracatu de baixo não foi indicado nenhuma ação, visto que o novo sistema de abastecimento de água será considerado no Projeto de Reassentamento da localidade. Ainda não tem definição do percentual de assentamento. M. Lourdes (Renova) relatou que já foi construído um poço que

atende a população reassentada, que tem uma vazão boa para o abastecimento. Para Cachoeira Escura foi implantada uma ETA. Rafaeli (IEMA) questiona se em Gestera foi realizada alguma ação alternativa. M.Loude informa que já foi finalizada a obra proposta para a localidade. Informa que há problema de ordem fundiária, o proprietário está cobrando indenização para acesso da Renova ao reservatório. Regina solicita que os problemas sejam informados à CT SHQA para que seja levado ao CIF. M. Lourdes informa que alguns municípios não aceitam assinar, pois querem outras coisas além do previsto no TTAC. Rafaeli sugere que se melhore e envie relatório mensal da situação de execução das ações para acompanhamento pela CT. M.Loude informa que o relatório virá em novo formato mais claro e atualizado. Regina verificará junto a SEMAD (SUPRAM's) agilização do licenciamento para abertura de poços. Flávio informa que houve entrega formal da Renova em resposta ao estabelecido ao parágrafo primeiro a cláusula 171 e para contribuir solicita ao Mateus (Renova) que o próximo Relatório preencha as lacunas que se sucederam com o que foi contemplado/executado, para que seja levado ao CIF. Regina informa que foi definida uma Estratégia e apresentada no CIF por Zuleika Torquetti para os municípios que não querem captação no rio Doce para consumo humano. Patrícia informa que isso será levado ao Ministério Público Federal e será conduzido pela Casa Civil MG junto às prefeituras que estão receosas quanto à captação de água no rio Doce. Mateus (Renova) relata que em Itueta será construída uma nova ETA. Regência também se recusa a captação do rio Doce. Yone (Renova) informa que foi realizado um estudo que verificou que a captação no rio Doce, tornaria o, tratamento e manutenção da ETA é mais viável para Regência. Rafaeli (IEMA) ressalta a importância da comunicação junto aos municípios antes da aprovação dos projetos. Mascarenhas e Baixo Guandu terão a captação no rio Guandu que apresenta boa vazão. Neste momento houve o estabelecimento das novas coordenações dos GTS da CT SHQA, faltando apenas para o GT COLÓIDES que será enviada proposta pelo IEMA, em breve. A coordenação dos grupos foi determinada da seguinte forma, GT ABASTECIMENTO (Rafaeli Brune), GT ESGOTAMENTO SANITÁRIO E RESÍDUOS SÓLIDOS (Alessandra Jardim). Neste GT também foram inseridos novos membros: Clarisse Strauss (Renova) e Sílvia Farias (CBH DOCE), GTA PMQQS continua com a coordenação de Maurrem Vieira da ANA e (Vanessa Saraiva como suplente do IGAM). No sexto item da pauta foram feitas análises da demanda específica para São José do Goiabal sobre antecipação de recursos para pagamento de projeto e outras demandas específicas observadas pela Renova na implementação do Programa de coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos. (Fundação Renova). Clarisse da Fundação Renova informou que cerca de 80% a 90% dos municípios já assinaram o contrato com o BANDES. Flávio (ANA) ponderou que São José do Goiabal poderá ter seu pleito atendido mediante a comprovação de aceite do CIF para suas obras, ressaltando que se os municípios atendem os elementos definidos pelo Banco não vê problema em fazer o ressarcimento. Lígia (SEDURB) manifestou preocupação em relação aos municípios que deverão seguir uma série de critérios estabelecidos pela instituição financeira. Segundo Caroline do MMA, se o município executou o projeto antes, não cabe o reembolso aos cofres da prefeitura. Conforme relato da Margareth, se comprovadamente o município pagou o projeto e seguiu o rito, ele pode ser contemplado, nós estamos construindo os critérios tendo como referências o modo de operação das instituições financeiras, e que já operou com BNDES onde foi possível ter recursos para cobrir trabalhos realizados, que estavam previstos no plano de trabalho aprovado, dentro de um período de tempo que estava previsto no contrato. Flávio informa que tem que verificar o impacto no que já foi aprovado na deliberação pelo CIF. Regina sugere a criação de um protocolo junto às instituições financeiras para tal procedimento. Foi observado que essas instituições financeiras não estão autorizadas pelo CIF a fazer reembolso aos municípios para as ações já realizadas. A Clarice da Renova solicita que a delimitação dos critérios seja muito bem definida. Clarisse informa que Mariana solicita reembolso para topografia e outros serviços de engenharia. No caso de Resplendor, o município informou à época percentual de

tratamento de esgoto correspondendo a 95% da população urbana. Atualmente, contesta essa informação afirmando que esse percentual é de apenas 15%. Segundo ela, isso comprometeu os quantitativos de recurso para esgotamento e resíduo, sendo prejudicados em seus respectivos tetos. Flávio sugere que o CIF seja provocado em relação a essa situação. Em seguida foi apresentado pela Fundação Renova o Plano de Ação retomada do Doce, dando sugestões para melhorias nas ações ao longo do rio Doce. Renova informa os atores que deverão participar na proposta de retomada do rio Doce. Informou as localidades e identificação dos problemas. Informa que nos municípios há confusão e entendem que captação alternativa é a definitiva. A Renova já levou análises da COPASA mostrando a qualidade da água. Foi mostrado o mapa de interlocutores e o conteúdo daquilo que deveria ser levado aos municípios e à população. Regina ressalta a importância de adequar a linguagem para atingir a população. Gilberto (IEMA) salienta a importância do envolvimento da Saúde, Igam e Semad para fazerem parte também da discussão. Margareth (SEAMA) ressalta uma preocupação da CT Comunicação e Organização Social, reforçado no Seminário da ÁGUA E O PESCADO em Vitória dias 7 e 08/05/2018, onde já estava identificada para diferentes públicos, e questiona uma campanha sem um trabalho articulado tanto com dados das análises quanto a necessidade de definição de uma abordagem articulada com a educação ambiental, através de educadores populares que devem entrar neste processo junto à população ao longo do rio Doce. Nós ainda não temos todas as respostas, por mais que tenhamos dados em qualidade, o pessoal da saúde ainda não tem as informações necessárias. Isso tem que ter estratégia de trabalho, embora Minas Gerais já tenha feito várias reuniões sobre o assunto. Não houve a presença da Anvisa, e temos situação que o Governo tem que se posicionar, temos que trazer o pessoal do MAPA também. Tem que haver fluxo de interação e as entidades governamentais deverão se posicionar. Estabelecer estratégia de trabalho e de comunicação social. Caroline (MMA) deve ser apresentada não só as ações exitosas, mas também os gargalos enfrentados. Na segunda parte da reunião das 13h00 às 16h00 foi feita uma abordagem sobre a Nota Técnica 19 sobre as análises dos pleitos dos municípios de MG, relativos à segunda chamada aos municípios mineiros para ações de destinação de resíduos sólidos. (SECIR/MG, FEAM/MG e SRHQ/MMA). Caroline (MMA) apresentou a NT nº 19, apontando caso a caso os pleitos aprovados e reprovados no 2º chamamento para resíduos sólidos dos municípios de Minas Gerais. Ela ressaltou que houve oportunidade de complementação de documentação. Houve pequenas sugestões de alteração, apenas no sentido de revisão textual. A Nota foi aprovada sem ressalva e será encaminhada ao CIF, junto a uma minuta de deliberação, já para a próxima reunião. Caroline evidenciou que existem dois pleitos que ainda estão em análise, de modo que serão apresentados à Câmara na próxima reunião, em uma NT complementar. No item seguinte Flávio da ANA falou sobre a Nota Técnica sobre complementação de informações e ajustes em pleitos relativos à coleta e tratamento de esgoto. Flávio (ANA) reforçou sobre as pendências em relação ao esgotamento sanitário na NT 11 e a necessidade de algumas alterações na localidade de Sem Peixe. Será elaborada uma minuta da NT 20 para fazer considerações complementares ao esgotamento sanitário. Ela resgata, faz ajustes e correções de valores de totalização, não compromete a análise que foi feita. Sem peixe estava duplicado. Para Belo Oriente a correção faltou as ações da prioridade 5. Item 3 da avaliação dos pleitos com pendência para Iapu e Timóteo e Gov. Valadares. Timóteo solicita inversão dos percentuais para esgotamento e resíduo. Com a conclusão da obra pela COPASA o atendimento subiria para mais um percentual e ficou definida a flexibilização e inversão dos percentuais de esgotamento e resíduo com anuência da COPASA. Iapu contou com a contribuição da FUNASA. Ainda há uma dúvida em relação a resposta da FUNASA. Há necessidade de fazer ajuste em relação aos 2 orçamentos enviados pelo município. Ficou acordado com Gov. Valadares que o SSAE faria articulação com a Caixa Econômica Federal para conclusão das etapas de obras. Segundo COPASA Caratinga trata 77% do esgoto e não justifica a alteração dos percentuais de esgoto e resíduo. Flávio esclareceu a alteração do pleito de

Caratinga. Informa que não havia elementos que desabonassem o pleito de Caratinga. Posteriormente solicitou inversão dos percentuais. Segundo João Bosco (COPASA), o recurso aportado pelo município não entra nos ativos da COPASA e o que remunera a tarifa é o ativo. A COPASA reforça a importância do investimento do esgotamento na sede. Foi sugerido à Alessandra (FEAM) solicita uma reunião com representantes de Caratinga para alinhar essa ação com a COPASA. Verificar também como foi acordado com Timóteo na reunião do GT Saneamento. Thais (SECIR) sugere uma reunião específica com Caratinga assim como foi feita com Timóteo para solução dessa demanda. Clarice (Renova) propõe reunião técnica com o município inicialmente sem a COPASA, para escutar primeiramente o município e equipe técnica e num segundo momento com a COPASA. Érica (Ministério das Cidades) diz que se a COPASA já tem projeto técnico para universalização do esgotamento para Caratinga. João Bosco informa que há projeto e foi solicitado recurso no Ministério das Cidades, porém não sabe como está o resultado. Alcir SAAE Gov. Valadares solicitou atenção especial ao projeto com previsão de atendimento de mais de 90% para o esgotamento no município. Em seguida houve relato sobre as definições sobre o Relatório Completo PMQQS, sinalizado para em julho de 2018, e necessidade de um Relatório Parcial entregue no final de maio de 2018. Regina relata que a intenção era realizar a reunião do GTA PMQQS anterior à reunião da CT SHQA para dar os informes sobre os Relatórios com precisão, porém o Coordenador Maurrem Vieira da ANA estava viajando a trabalho e então a reunião do GTA aconteceu nos dias 10 e 11/05/2018, após a CT SHQA. Porém na próxima reunião em 12/06/2018, todas as informações serão dadas. Como ultimo item da pauta houve informe sobre a compilação dos custos estimados pelas instituições para as atividades de acompanhamento dos Programas do TTAC sob coordenação da CT-SHQA e resposta à Deliberação nº 157 do CIF. Como encaminhamentos finais foi dito que cada GT deve fazer sua proposta de Indicador de Programa. A proposta da Renova já se encontra no FTP. Gilberto (IEMA) solicitou definição do Indicador de Encerramento do Programa pela Renova que deverá ser alinhado com os Indicadores de Ganho Ambiental e Social. Emília levantou a questão da capacitação para coleta e procedimentos em campo que ainda não tem um retorno da Fundação Renova e será tema do GTA PMQQS. A 21ª Reunião Ordinária da CT SHQA se encerrou às dezessete horas e trinta e cinco minutos do dia nove de maio de 2018.